



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

## ATA DE REUNIÃO

### ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ TÉCNICO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA POLÍTICA DO CAFÉ (CT-CDPC)

16/04/2026

Ao décimo sexto dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas e trinta minutos, realizou-se, de forma híbrida, presencial no Gabinete da Secretaria de Política Agrícola - SPA, em Brasília/DF, e por videoconferência via Microsoft Teams, a 13ª Reunião Ordinária do Comitê Técnico do Conselho Deliberativo da Política do Café (CT/CDPC).

**Participaram presencialmente:** Guilherme Campos Júnior (Secretário SPA/MAPA); José Maria dos Anjos (Diretor DCA/SPA); Janaina Macedo Freitas (Coordenadora-Geral do Café - CGCAF/DCA/SPA); Sergio Rosa Ferrão - Ministério da Fazenda (MF), Silas Brasileiro - Conselho Nacional do Café (CNC); Ana Ligia Aranha Lenat - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Pavel Monteiro Cardoso e Celírio Inácio da Silva - Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC); e os convidados: Rodolfo Osorio Oliveira e João Bosco Bahia dos Santos (Embrapa Café).

**Participaram virtualmente:** Mônica Avelar Antunes Netto - Ministério da Fazenda (MF); Grace Tanno e Felipe Neves Caetano Ribeiro - Ministério das Relações Exteriores (MRE); José Henrique da Silva e Marenilson Batista da Silva - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA); Sérgio Roberto Knorr Velho e Silvana Schimanski - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC); Marcos Antônio Matos - Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CECAFÉ) e Aginaldo José de Lima - Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel (ABICS); e o convidado: Márcio Cândido Ferreira - Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CECAFÉ). Participaram também: Luciana Martins da Rocha, Antônio Augusto Vaz Costa; Almir Cezar Baptista Filho; Flávia Araújo de Melo e Silvia de Souza Vasco - Coordenação-Geral do Café (CGCAF/DCA/SPA).

**A reunião teve como objetivo tratar dos assuntos constantes da pauta: 1) Funcafé - Recursos;** 1.1) Informe sobre a aplicação - Financiamentos Safra 2025/2026 e Ações Discricionárias; 1.2) Proposta de alocação dos recursos do orçamento 2026 entre as linhas de financiamento; 1.3) Ações Discricionárias (direcionamento do orçamento 2026); 1.3.1) Termos Aditivos aos TEDs 2025 firmados com a EMBRAPA (Pesquisa e Capacitação); 1.3.2) TED com o Ministério do Trabalho e Emprego - Projeto: Promoção do Trabalho Decente na Cafeicultura Brasileira; **2) Ajustes na linha de crédito Recuperação de Cafezais Danificados (MCR 9-7); 3) Outros assuntos;** 3.1) Organização Internacional do Café: Sucessão (indicação do Brasil) e Permanência da sede em Londres; 3.2) Antecipação, a partir de 2027, das contratações Funcafé (de junho/julho para fevereiro/março); 3.3) Logomarca Funcafé - Portaria SPA/MAPA, nº 127, de janeiro de 2026.

#### ABERTURA

O Secretário Guilherme Campos Júnior (SPA/MAPA) cumprimentou os presentes e declarou aberta a sessão, passando a palavra ao Diretor José Maria dos Anjos (DCA/SPA/MAPA) para condução da reunião.

#### DISCUSSÃO

## 1) Funcafé - Recursos

### 1.1) Informe sobre a aplicação - Financiamentos Safra 2025/2026 e Ações Discricionárias

A Coordenadora-Geral do Café, Sra. Janaina Macedo Freitas (CGCAF/DCA/SPA/MAPA) iniciou sua fala apresentando a pauta. Em seguida, apresentou informe sobre os valores disponibilizados e aplicados de 2021 a 2025, pontuando que o percentual aplicado na Safra 2025/2026, até o dia 15/04/2026, foi de 82% e que a meta é atingir mais de 90% de execução até o final do período, ou seja, dia 30 de junho. Neste ponto, o Secretário Guilherme Campos solicitou uma alteração metodológica na apresentação dos dados para que fosse incluída uma terceira coluna comparativa nos gráficos, que demonstre o desempenho de execução em períodos idênticos de anos anteriores, visando um diagnóstico mais preciso da efetividade de acesso aos recursos. A Sra. Janaina Freitas também apresentou os valores disponibilizados, liberados e aplicados no Ano Safra 2025/2026, por linha de crédito, participação por agente financeiro e taxas de juros aplicadas. Destacou que no ano de 2025 foram habilitadas e contratadas 33 instituições financeiras, com adoção de processo de ampla transparência, conferida mediante divulgação de edital no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), contando, ainda, com o envolvimento da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA/MAPA. Tratando-se, portanto, de um trabalho conduzido de forma conjunta pela Coordenação-Geral do Café e pelo Departamento de Comercialização da SPA, em articulação com a equipe da SPOA. Na apresentação sobre as taxas de juros, foi solicitado pelo Secretário Guilherme que nas apresentações futuras seja incluída informação sobre o montante por tipo de beneficiário. Sobre as ações discricionárias, a Sra. Janaina destacou que nos anos de 2024 e 2025 foram alocados valores relevantes e significativos quando comparado aos anos anteriores. Elencou os Termos de Execução Descentralizada (TED) em andamento, firmados com a Embrapa e UNB. Destacou a importância dos projetos “Rebranding da marca Cafés do Brasil” e “Novo Sistema Funcafé” e ressaltou que o objeto desse último é considerado bastante relevante, consistindo na criação de uma ferramenta tecnológica voltada à disponibilização de informações mais precisas, transparentes e dinâmicas para a gestão dos recursos anualmente direcionados aos financiamentos. Esclareceu que o sistema em uso foi implantado em 2018 e, diante da constante evolução tecnológica, passou a apresentar limitações, especialmente quanto à integração com outros sistemas governamentais, como o SIAFI, somando-se a isso a exigência de atendimento das recomendações de órgãos de controle interno, que apontam a necessidade de aprimoramento da ferramenta. Informou que o projeto se encontra em fase de documentação e definição de escopo. Após, a palavra foi passada ao Sr. José Maria (DCA/SPA/MAPA), para apresentação das propostas de distribuição dos valores para o Ano Safra 2026/2027.

### 1.2) Proposta de alocação dos recursos do orçamento 2026 entre as linhas de financiamento

Foram apresentadas propostas de alocação do orçamento do Funcafé para 2026, no valor total de **R\$ 7.368.712.499,00 (sete bilhões, trezentos e sessenta e oito milhões, setecentos e doze mil e quatrocentos e noventa e nove reais)**.

**Na Proposta 1**, que adotou como critério de rateio a média da distribuição dos orçamentos dos últimos 4 anos, a sugestão de distribuição entre as linhas de crédito foi a seguinte: **Capital de Giro - R\$ 1.020.019.206,00** (um bilhão, vinte milhões, dezenove mil duzentos e seis reais), **Comercialização - R\$ 2.696.827.005,00** (dois bilhões, seiscentos e noventa e seis milhões, oitocentos e vinte e sete mil e cinco reais), **Custeio - R\$ 1.862.369.964,00** (um bilhão, oitocentos e sessenta e dois milhões, trezentos e sessenta e nove mil novecentos e sessenta e quatro reais), **Aquisição de Café - FAC - R\$ 1.718.999.119,00** (um bilhão, setecentos e dezoito milhões, novecentos e noventa e nove mil cento e dezenove reais) e **Recuperação de Cafezais - R\$ 70.497.205,00** (setenta milhões, quatrocentos e noventa e sete mil duzentos e cinco reais).

**Na Proposta 2**, cujo critério para distribuição entre as linhas de crédito foi o rateio com base na aplicação média dos últimos 3 anos safra, com a seguinte divisão do orçamento: **Capital de Giro - R\$ 1.084.871.653,00** (um bilhão, oitenta e quatro milhões, oitocentos e setenta e um mil seiscentos e cinquenta e três reais), **Comercialização - R\$ 2.817.841.754,00** (dois bilhões, oitocentos e dezessete milhões, oitocentos e quarenta e um mil setecentos e cinquenta e quatro reais), **Custeio - R\$ 1.678.335.502,00** (um bilhão, seiscentos e setenta e oito milhões, trezentos e trinta e cinco mil quinhentos e dois reais), **Aquisição de Café - FAC - R\$ 1.774.244.218,00** (um bilhão, setecentos e setenta e quatro milhões, duzentos e quarenta e quatro mil duzentos e dezoito reais) e **Recuperação de Cafezais - R\$**

**13.419.372,00** (treze milhões, quatrocentos e dezenove mil trezentos e setenta e dois reais).

Neste ponto, com vistas à apreciação de pleito apresentado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) relativo a ajuste na linha Recuperação de Cafezais (MCR 9-7), de forma a permitir também o financiamento de renovação de cafezais depauperados, com valor de **R\$ 280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de reais)**, as duas propostas acima foram novamente apresentadas destacando o valor imediatamente acima citado, ficando os valores conforme descrito a seguir:

**Na Proposta 1 com ajuste no MCR 9-7: Capital de Giro - R\$ 991.704.909,00** (novecentos e noventa e um milhões, setecentos e quatro mil novecentos e nove reais), **Comercialização - R\$ 2.610.549.304,00** (dois bilhões, seiscentos e dez milhões, quinhentos e quarenta e nove mil trezentos e quatro reais), **Custeio - R\$ 1.823.727.110,00** (um bilhão, oitocentos e vinte e três milhões, setecentos e vinte e sete mil cento e dez reais), **Aquisição de Café - FAC - R\$ 1.662.731.176,00** (um bilhão, seiscentos e sessenta e dois milhões, setecentos e trinta e um mil cento e setenta e seis reais) e **Recuperação de Cafezais - R\$ 280.000.000,00** (duzentos e oitenta milhões de reais).

**Na Proposta 2 com ajuste no MCR 9-7: Capital de Giro - R\$ 1.045.552.245,00** (um bilhão, quarenta e cinco milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil duzentos e quarenta e cinco reais), **Comercialização - R\$ 2.715.713.666,00** (dois bilhões, setecentos e quinze milhões, setecentos e treze mil seiscentos e sessenta e seis reais), **Custeio - R\$ 1.617.506.964,00** (um bilhão, seiscentos e dezessete milhões, quinhentos e seis mil novecentos e sessenta e quatro reais), **Aquisição de Café - FAC - R\$ 1.709.939.624,00** (um bilhão, setecentos e nove milhões, novecentos e trinta e nove mil seiscentos e vinte e quatro reais) e **Recuperação de Cafezais - R\$ 280.000.000,00** (duzentos e oitenta milhões de reais).

Após apresentação das propostas, o Secretário Guilherme Campos antecipou as tratativas acerca do item 2) Ajustes na linha de crédito Recuperação de Cafezais Danificados (MCR 9-7) da pauta, em virtude da vinculação entre a temática abordada naquele tópico e a proposta de distribuição dos recursos do orçamento de 2026 entre as linhas de financiamento, solicitando que a CNA justificasse a proposta de mudanças na linha.

Assim, a Sra. Ana Lenat, da CNA, registrou agradecimento pelo apoio do MAPA na construção da solicitação apresentada. Esclareceu que a iniciativa da CNA visa fortalecer a sustentabilidade dos pequenos cafeicultores, especialmente daqueles com cafezais envelhecidos, baixa produtividade e limitações técnicas, bem como as dificuldades crescentes relacionadas à mão de obra. Esclareceu ainda que a proposta de reestruturação da linha para **Recuperação e Renovação de Cafezais Danificados** mantém seu caráter reativo, mas amplia seu escopo para contemplar situações além de eventos climáticos, incluindo cafezais obsoletos ou conduzidos com práticas produtivas inadequadas. Apresentou estimativa técnica que aponta potencial de demanda superior a R\$ 3 bilhões, contudo, propôs um montante inicial de R\$ 280 milhões. O Secretário Guilherme manifestou apoio à proposta, ressaltando a relevância da renovação dos cafezais.

O Sr. Celírio Inácio (ABIC) ressaltou que não se discute a necessidade da linha de Recuperação e Renovação de Cafezais Danificados, reconhecida como legítima e justificável, entretanto, ponderou que a análise deve considerar o conjunto das linhas do Funcafé, tendo em vista que o atendimento ampliado a uma delas pode ocorrer em detrimento das demais, considerando-se a limitação global de recursos. Nesse sentido, recordou que, no exercício anterior, já haviam sido apontadas insuficiências nas linhas de Capital de Giro e FAC, únicas acessíveis à indústria e às cooperativas. Reafirmou apoio ao mérito da proposta, mas questionou a magnitude do aumento proposto, ressaltando que se trata de elevação expressiva em uma linha que, no exercício anterior, não foi plenamente demandada.

O Secretário Guilherme reiterou que a proposta de reestruturação da linha decorre do reconhecimento de que seu formato atual é excessivamente restritivo, limitado a eventos climáticos adversos, ao passo que a nova abordagem busca contemplar também a renovação e modernização do parque cafeeiro, portanto, alteração relevante em seu objeto.

O Sr. Marcos Antônio Matos (CECAFÉ) ressaltou a importância de se adotar uma visão de médio e longo prazo para a cadeia cafeeira, diante das dinâmicas do mercado, destacando a relevância do novo conceito de recuperação de cafezais, no entanto, ponderou sobre o risco de que a destinação de R\$ 280 milhões para a linha possa resultar em um cenário de aplicação abaixo do montante disponibilizado. Assim, defendeu a adoção de abordagem mais gradual, com a definição de um calendário progressivo de ampliação da linha ao longo dos anos, permitindo testar a aderência da política antes de alcançar o montante proposto.

Neste ponto, o Secretário Guilherme destacou a conveniência de que, independentemente das deliberações adotadas, seja promovida uma reavaliação do desempenho das linhas de financiamento até o encerramento do exercício, entendimento que se considera consensual entre os participantes. Sugeriu, inclusive, que tal avaliação ocorra ao menos uma vez no período, preferencialmente em intervalos menores que o semestral, de modo a permitir maior precisão e ajuste no acompanhamento da utilização das linhas de crédito.

O Sr. Aguinaldo José de Lima (ABICS) reiterou que não há divergência quanto à necessidade de renovação dos cafezais, destacando, contudo, a preocupação quanto à possibilidade de imobilização de recursos expressivos nessa linha. Recordou menção anterior de que o montante de R\$ 280 milhões poderia permanecer bloqueado, caso não haja demanda suficiente, ao passo que outras linhas continuariam a apresentar necessidade de recursos. Diante disso, defendeu a adoção de valores iniciais mais moderados para a implementação da nova linha. Concluiu sugerindo que a nova linha seja iniciada com o montante resultante do acréscimo anual (2026 em relação a 2025), totalizando aproximadamente R\$ 210 milhões.

A Sra. Mônica Avelar Antunes Netto (MF) manifestou posicionamento contrário às alterações propostas, ressaltando tratar-se de tema sensível e de natureza grave, que demanda análise mais aprofundada, uma vez que impacta diretamente a estrutura da linha de crédito. Destacou que a linha de Recuperação de Cafezais foi originalmente concebida de forma estritamente vinculada ao atendimento de eventos climáticos adversos, e que sua ampliação para contemplar outros casos, como lavouras em situação de vulnerabilidade ou perda de qualidade, representa mudança substancial em seu escopo. Diante disso, enfatizou o entendimento de que a matéria necessita de maior debate antes de qualquer deliberação.

O Sr. José Maria (DCA/SPA/MAPA) ponderou que o tema demanda discussão mais aprofundada, em razão de sua complexidade, sendo questionada a viabilidade de deliberação na presente reunião. Nesse sentido, sugeriu agendamento de reunião específica, destinada exclusivamente ao exame detalhado dessa matéria. Como alternativa, aventou a possibilidade de que, havendo consenso quanto a determinado valor a ser destinado à linha, esse montante fosse destacado do cálculo geral e alocado especificamente para a recuperação e renovação de cafezais, mantendo-se os demais recursos distribuídos entre as demais linhas, de modo a evitar a paralisação da liberação dos recursos. Ponderou que, nesse cenário, o valor reservado permaneceria separado até que houvesse definição conclusiva sobre a estrutura da linha, com a possibilidade de posterior redistribuição proporcional, caso não houvesse utilização. Ressaltou ainda, que a continuidade das discussões poderia ocorrer por meio de reuniões adicionais, inclusive em formato remoto, considerando a facilidade de realização desse tipo de interação, a fim de permitir o amadurecimento técnico da proposta e a construção de eventual consenso.

O Sr. Sérgio Rosa Ferrão (MF) observou que houve consenso quanto ao mérito da ampliação da linha de crédito para contemplar não apenas a recuperação de perdas, conforme originalmente prevista, mas também a renovação e a recuperação ampla dos cafezais. Destacou, ainda, a importância da revisão periódica do desempenho de todas as linhas de crédito, conforme proposto, seja em intervalos de quatro ou seis meses, com vistas a permitir realocações tempestivas de recursos, de modo a atender situações de sobra ou insuficiência, devendo ser incorporada como procedimento rotineiro de gestão do Fundo. E no que se refere especificamente à nova linha, ponderou a conveniência de definição prévia de um valor inicial.

Sobre a avaliação do desempenho das linhas do Funcafé, a Sra. Janaína Freitas, esclareceu que, atualmente, já está prevista em Portaria do MAPA a realização de revisão semestral, usualmente conduzida no mês de dezembro. Sobre a questão, o Secretário Guilherme propôs alteração desse dispositivo, ajustando para quadrimestral o período revisional, de modo a tornar o acompanhamento mais dinâmico, uma vez que o intervalo semestral foi considerado excessivamente longo. Em seguida, os presentes foram consultados quanto à existência de objeções à alteração do período de avaliação do desempenho do Funcafé para intervalo inferior ao semestral, não havendo manifestações contrárias. Diante do consenso, passou-se à definição do novo período, sendo deliberado, igualmente sem objeções, pela adoção de avaliação quadrimestral.

Após ponderações dos presentes, foi avaliado que o valor inicialmente proposto de R\$ 280 milhões para a linha de recuperação e renovação de cafezais é elevado frente à disponibilidade de recursos, considerando tratar-se de uma linha reestruturada e em fase inicial. Buscando critério objetivo, deliberou-se adotar como referência a diferença de recursos entre os exercícios anteriores, estimada em aproximadamente R\$ 180 milhões, valor considerado adequado como ponto de partida e passível de reavaliação futura. A CNA manifestou concordância com o montante de R\$ 180 milhões, comprometendo-se com a divulgação da

linha e o acompanhamento da atuação das instituições financeiras. Não havendo manifestações contrárias, o valor foi aprovado pelo plenário.

Ainda no âmbito da discussão sobre a distribuição do Orçamento de 2026, o Sr. Celítio Inácio (ABIC) observou que a participação efetiva da linha de Capital de Giro no total dos recursos corresponde a 14,74%. Informou, ainda, que as demais linhas apresentam participação superior, sendo aproximadamente 36,17% para Comercialização, 25,20% para Custeio e 23,46% para o FAC, evidenciando uma diferença significativa em desfavor do Capital de Giro. Sugeriu elevar a participação do Capital de Giro de 14,74% para 16% do montante total, mantendo-se atenção ao equilíbrio geral das linhas. Após manifestação dos presentes, destacando-se a participação da ABIC, ABICS, CECAFE e MDIC, o Secretário Guilherme Campos conduziu a apreciação do pleito e a respectiva votação, ficando aprovada a destinação do percentual de 16% para a linha Capital de Giro e estabelecido que a diferença necessária para viabilizar esse aumento será diluída proporcionalmente entre as demais linhas de crédito, com exceção da linha de Recuperação e Renovação de Cafezais, recentemente ajustada.

Registrado posicionamento contrário da CNA, sob o argumento de que a medida poderia acarretar redução de recursos destinados diretamente aos produtores.

Após manifestações sobre a importância do ajuste proposto para a linha de recuperação de cafezais (cujos registros constam da transcrição correspondentes ao referido item), o Sr. Celírio Inácio (ABIC), propôs mais uma forma de distribuição a partir da PROPOSTA 2: do total de R\$ 7.368.712.499,00, destacar R\$ 180.000.000,00 para a linha de Recuperação de Cafezais Danificados; dos R\$ 7.188.712.499, 00 restantes, 16% (dezesseis por cento) direcionar para Capital de Giro, e para as demais linhas (Comercialização, Aquisição de Café e Custeio) direcionar com base na metodologia da PROPOSTA 2.

Após colocações sobre a proposta da ABIC, o Secretário Guilherme submeteu à votação, **ficando a distribuição por linha de crédito da seguinte forma: Capital de Giro - R\$ 1.150.194.000,00** (um bilhão, cento e cinquenta milhões e cento e noventa e quatro mil reais), **Comercialização - R\$ 2.713.627.724,00** (dois bilhões, setecentos e treze milhões, seiscentos e vinte e sete mil setecentos e vinte e quatro reais), **Custeio - R\$ 1.616.264.555,00** (um bilhão, seiscentos e dezesseis milhões, duzentos e sessenta e quatro mil quinhentos e cinquenta e cinco reais), **Aquisição de Café - FAC - R\$ 1.708.626.220,00** (um bilhão, setecentos e oito milhões, seiscentos e vinte e seis mil duzentos e vinte reais) e **Recuperação e Renovação de Cafezais Danificados - R\$ 180.000.000,00** (cento e oitenta milhões de reais).

**Decisões:** (i) Aprovada a alocação de R\$ 180 milhões para a linha, com a alteração do objeto para "Recuperação e Renovação de Cafezais Danificados" e distribuição do total restante entre as demais linhas; (ii) Realização de reuniões para continuidade das discussões sobre a reestruturação da linha, inclusive em formato remoto; (iii) Aprovada a revisão quadrimestral do desempenho das linhas de financiamento, em substituição à atual revisão semestral, fazendo-se necessária a publicação de portaria sobre o tema, (iv) Aumento da participação da linha de Capital de Giro, passando do patamar anterior para 16% do montante total de recursos.

**Encaminhamentos:** (i) A SPA deve elaborar Portaria para instituir a revisão quadrimestral do desempenho das linhas de financiamento, em substituição à atual revisão semestral; (ii) Adequação da tabela e distribuição de recursos referente à PROPOSTA 2, em conformidade com os valores imediatamente acima referidos (Tabela já ajustada e validada pelos presentes à reunião, comporá anexo desta Ata).

### 1.3) Ações Discricionárias (direcionamento do orçamento 2026)

#### 1.3.1) Termos Aditivos aos TEDs 2025 firmados com a EMBRAPA (Pesquisa e Capacitação)

#### 1.3.2) TED com o Ministério do Trabalho e Emprego - Projeto: Promoção do Trabalho Decente na Cafeicultura Brasileira

Foram os seguintes os valores apresentados destinados às ações discricionárias:

Ação	Valor (R\$)
------	-------------

<b>Desenvolvimento da Cafeicultura (ação 20Y8)</b>	<b>7.440.306,00</b>
Pesquisa	4.196.721,00
Capacitação	926.739,00
Serviços Administrativos e de Suporte (MTE)	926.738,00
Promoção	1.390.108,00
<b>Publicidade (ação 4641)</b>	<b>5.000,00</b>
<b>Total</b>	<b>7.445.306,00</b>

O Secretário Guilherme solicitou que o Sr. Silas Brasileiro falasse sobre o Convênio/Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério do Trabalho e enfatizou a relevância do assunto, destacando o entusiasmo demonstrado pelo Ministro da Agricultura em relação à iniciativa. Destacou, ainda, a importância de avançar na superação de entraves que impactam toda a cadeia produtiva, especialmente no que se refere à imagem do Brasil associada à existência de trabalho em condições análogas à escravidão e à percepção de ausência de responsabilidade social com o trabalhador.

O Sr. Silas Brasileiro (CNC) informou que o trabalho iniciado no ano de 2023 ganhou maior consistência ao longo do tempo e passou a ser conduzido de forma dialogada. Enfatizou a importância do diálogo para evitar que casos pontuais, em um universo aproximado de 300.000 produtores, comprometam a imagem do setor como um todo perante o mercado internacional. Mencionou que, conforme apontado pela CNA, o Brasil ampliará a oferta de café em um cenário no qual diversos países também aumentaram suas áreas cultivadas em razão dos preços praticados, tornando essencial a preservação da melhor imagem possível do produto brasileiro, não apenas em termos de qualidade, mas também nos aspectos ambiental e social.

O Sr. Pavel Monteiro Cardoso (ABIC) reiterou a importância do tema da promoção e da imagem do café brasileiro, assunto que vem sendo recorrentemente enfatizado, dada sua natureza estratégica de longo prazo. Mencionou sua participação recente na NCA Convention, convenção norte-americana das indústrias de café, ocasião em que foram levantadas preocupações relacionadas à Seção 301 (dispositivo da lei comercial norte-americana que permite ao governo dos EUA investigar e retaliar práticas comerciais de outros países consideradas injustas, discriminatórias ou que prejudiquem o comércio americano). Destacou como ponto potencialmente prejudicial à imagem do café brasileiro a recorrente menção, em determinados veículos de imprensa internacionais, à existência de trabalho em condições análogas à escravidão. Ressaltou que tais ocorrências representam uma fração absolutamente residual diante do universo de aproximadamente 330.000 produtores existentes no Brasil. Ainda assim, foi alertado que a simples emissão de um sinal negativo dessa natureza pode gerar efeitos severos no mercado internacional. Relatou que, em situações semelhantes envolvendo outros países, como o México, medidas de bloqueio comercial foram adotadas de forma pontual, no entanto, no caso do Brasil, o impacto recai sobre a imagem do país como um todo. Enfatizou que a ausência de investimentos consistentes e contínuos em promoção e imagem reduz a capacidade de blindagem do produto brasileiro frente a esse tipo de narrativa negativa, destacando que a promoção do café não deve ser compreendida como ação pontual ou meramente mercadológica, mas como estratégia de longo prazo, com efeitos duradouros e cumulativos.

O Sr. Marcos Antônio Matos (CECAFÉ) enfatizou que a dimensão social é, atualmente, mais sensível do que a ambiental no cenário internacional. Destacou a ação do governo dos Estados Unidos que, após a queda das tarifas tradicionais, passou a adotar outros mecanismos de pressão comercial. Foi mencionada a utilização de legislação de 1930, que permite a imposição de tarifas ou restrições a produtos oriundos de países onde haja condições degradantes de trabalho. Alertou que o setor vive a iminência de um cenário altamente prejudicial, agravado pela existência de investigações adicionais, incluindo uma relacionada à Seção 301, além de outras que envolvem aproximadamente 60 países. Diante disso, destacou a relevância das ações conduzidas pelo Ministério do Trabalho, especialmente no que se refere à ampliação da transparência, com a abertura dos dados de fiscalização por meio da Lei de Acesso à Informação.

O Sr. Aguinaldo José de Lima (ABICS) destacou que a rubrica mencionada já havia sido aprovada em reunião anterior do Comitê, conforme pontuado pela Sra. Janaína. Ressaltou que as colocações realizadas nesta reunião foram positivas e relevantes para atualização do tema, porém lembrou que o valor de R\$ 1.000.000,00 já se encontra aprovado. Na oportunidade, solicitou o resgate de pauta anterior relativa à equalização das taxas de juros, sugerindo que, a partir desta reunião, fosse assumido o compromisso de trabalho conjunto junto ao Ministério da Fazenda, aproveitando a presença da Sra. Mônica e do Sr. Ferrão, no sentido de avançar na equalização dos juros para todas as linhas de financiamento (referindo-se às taxas de juros distintas das demais para as linhas de Capital de Giro e Aquisição de Café na safra vigente). Concluiu ressaltando a importância de que essa demanda seja tratada no âmbito do Plano Safra, de forma integrada ao conjunto das políticas de apoio ao setor.

O Sr. Rodolfo Osorio Oliveira (Embrapa Café) cumprimentou os presentes e registrou tratar-se de sua primeira participação em reunião do Comitê Técnico, na condição de convidado, já no exercício da função de Chefe-Geral da Embrapa Café. Informou que uma das atribuições recebidas da Diretoria e da Presidência da Embrapa consiste no fortalecimento da Embrapa Café como unidade de referência da pesquisa cafeeira no âmbito da instituição, envolvendo a incorporação mais efetiva da rede Embrapa às pesquisas relacionadas ao café. Em seguida, apresentou considerações sobre os recursos destinados à pesquisa, indicando que o valor atualmente previsto representa aproximadamente 40% do montante anteriormente pactuado para o ano de 2026, reconhecendo, porém, que os valores atualmente disponíveis não decorrem de falta de empenho da equipe do MAPA, mas de limitações orçamentárias. Ressaltou a intenção de submeter futuramente ao Conselho uma proposta de discussão sobre mudanças na forma de planejamento e financiamento da pesquisa cafeeira, observando que se trata de uma atividade de longo prazo. Apresentou a perspectiva de aprimorar a qualidade das entregas, possivelmente com a redução do número de projetos e maior concentração de investimentos em temas estratégicos. Informou, ainda, que a Embrapa está estruturando o Núcleo de Estudos Avançados do Café, com foco em química, bioquímica e ciência dos alimentos, voltado à identificação de novos usos do café, inclusive nas áreas da saúde. Ressaltou que tais pesquisas demandam recursos públicos e abrem oportunidades para parcerias público-privadas, inaugurando uma nova fase de atuação da Embrapa Café.

O Sr. Sérgio Rosa Ferrão (MF) registrou manifestação concordando e acolhendo positivamente as ponderações apresentadas pelo Sr. Rodolfo, especialmente quanto à necessidade de maior foco e direcionamento na aplicação dos recursos destinados à pesquisa, considerando sua escassez. Destacou a importância de priorizar pesquisas com maior aderência às necessidades concretas da agricultura, da indústria e da cadeia produtiva, de modo a proporcionar retornos mais efetivos ao setor, ainda que reconhecendo o caráter de médio e longo prazo dessas ações. E ressaltou que, diante das limitações orçamentárias, é fundamental concentrar esforços naquilo que seja essencial e que gere maior impacto no menor tempo possível. Nesse sentido, foi sugerido que, além das informações já constantes nos Termos de Execução Descentralizada (TED), sejam disponibilizados, de forma periódica, sugerindo ciclos trimestrais ou quadrimestrais, resumos executivos simples e objetivos. Esclareceu que tais sínteses não devem se prender ao valor financeiro, mas sobretudo aos resultados alcançados, às metas estabelecidas e ao avanço efetivo proporcionado pelos recursos aplicados, ainda que os resultados indiquem a inviabilidade de determinada linha de pesquisa. Destacou-se que a identificação de caminhos que não devem ser seguidos também constitui produção legítima de conhecimento. A sugestão de elaboração e disponibilização de resumos executivos, com frequência quadrimestral foi acolhida pelo Sr. Rodolfo (Embrapa Café).

**Decisão:** Após discussão entre os membros sobre os valores destinados às ações discricionárias, os valores apresentados foram aprovados, prevendo-se o registro de remanejamento de recursos da rubrica de Promoção para integralizar o valor do TED com o MTE em R\$ 1 milhão de reais.

## **2) Ajustes na linha de crédito Recuperação de Cafezais Danificados (MCR 9-7)**

Toda a tratativa referente a esse assunto foi registrada junto aos apontamentos do item 1.2 da pauta.

## **3) Outros Assuntos**

### **3.1) Organização Internacional do Café: Sucessão (indicação do Brasil) e Permanência da sede em Londres**

O Sr. Silas Brasileiro (CNC) fez considerações sobre a questão da Organização Internacional do Café (OIC), enfatizando a importância estratégica de o Brasil manter a cadeira que atualmente ocupa na instituição. Alertou que a eventual perda dessa representação poderia resultar na ocupação do posto por outros atores internacionais, como Vietnã ou países europeus, sendo uma situação de difícil reversão. Destacou a necessidade de avaliação criteriosa e objetiva quanto à melhor estratégia a ser adotada, seja por meio da recondução da atual representante, seja pela indicação de um novo nome que efetivamente reúna condições de viabilidade eleitoral e ressaltou que a simples apresentação de candidatura sem chances reais poderia deixar o país em situação de fragilidade institucional. Abordou ainda a questão da manutenção da sede da OIC em Londres, destacando que a posição brasileira tem sido favorável à permanência, considerando que a cidade abriga diversas organizações internacionais, oferece boa infraestrutura e facilidade logística.

Sobre o tema, a Ministra Grace Tanno (MRE) informou que foram acolhidas impressões preliminares de diversos atores do setor, havendo a intenção de dar continuidade ao diálogo com outros representantes, a fim de aprofundar as discussões em curso. No que se refere à eventual indicação, destacou que o nome a ser indicado para o posto em Londres será definido com base em consenso entre o governo e o setor privado. Reiterou que a posição institucional, em princípio, é pela manutenção da sede em Londres.

### **3.2) Antecipação, a partir de 2027, das contratações Funcafé (de junho/julho para fevereiro/março)**

Acerca da gestão dos recursos do Funcafé, o Sr. José Maria (DCA/SPA/MAPA) informou que o montante de R\$ 7,3 bilhões do Fundo refere-se ao valor atualmente orçado, contudo, ao se considerar a soma dos ingressos previstos ao Fundo e os recursos já disponíveis em caixa, verifica-se que o Funcafé dispõe de volume financeiro superior a esse valor. Nesse contexto, foi apresentada a intenção de antecipar o início da liberação dos recursos do Funcafé, de modo a permitir maior celeridade e incremento no volume de recursos disponibilizados ao longo do exercício. Destacou que a proposta visa permitir que, a partir do próximo ano, os processos de liberação tenham início mais cedo, idealmente logo após a publicação da Lei Orçamentária Anual (LOA) e que essa antecipação tende a ampliar significativamente o volume disponibilizado, superando o crescimento observado nos últimos anos. Explicou que a prática atual de liberação concentrada nos meses de junho a julho do ano seguinte decorre da vinculação histórica ao Plano Safra. No entanto, após avaliação técnica, concluiu-se que tal vinculação não se mostra mais necessária, uma vez que os recursos do Funcafé operam dentro do exercício financeiro anual (ano civil). Nesse sentido, defendeu a adoção de um calendário de ano civil como referência para a execução das ações e financiamentos do Fundo. Ressaltou, contudo, que há limitações operacionais e legais, especialmente em relação à publicação da LOA e aos procedimentos subsequentes, como a solicitação de demandas às instituições financeiras e a renovação de contratos, o que inviabiliza a liberação já em janeiro. Assim, estabeleceu-se como meta iniciar as liberações entre fevereiro e março. Por fim, esclareceu que se trata de informe preliminar, visando apenas dar ciência aos membros do Comitê, ficando acordado que o tema será aprofundado e discutido com maior detalhamento em momento oportuno.

A Sra. Ana Lenat (CNA) parabenizou a equipe pela sensibilidade em identificar a questão e buscar soluções para antecipar a liberação dos recursos, uma vez que, em razão da forma e do momento em que os recursos são disponibilizados, por vezes estes acabam chegando de maneira tardia às propriedades, o que pode comprometer a execução adequada dos manejos agrícolas necessários. Relatou que houve consenso quanto à importância dessa antecipação, reconhecendo-se que será necessário intensificar a articulação junto às instituições financeiras para assegurar que os recursos sejam efetivamente liberados no menor prazo possível.

### **3.3) Logomarca Funcafé - Portaria SPA/MAPA, nº 127, de janeiro de 2026**

Sr. José Maria (DCA/SPA/MAPA) informou que a Portaria nº 127/2026 foi editada com o objetivo de instituir a logomarca do café. Esclareceu que a referida portaria já se encontra sob responsabilidade da área de Comunicação, que dará prosseguimento aos trabalhos necessários. A Sra. Janaína Freitas (CGCAF/DCA/SPA/MAPA) esclareceu que o objetivo da portaria limita-se à criação formal da logomarca do Funcafé, destinada a ocasiões específicas, como eventos institucionais, a exemplo da Semana Internacional do Café (SIC), ou lançamentos oficiais, como o da marca “Cafés do Brasil”, nos quais haja participação financeira do Funcafé, devendo constar a identificação do Ministério da Agricultura e do Fundo. Por fim, foi informado que será publicado oportunamente edital ou regulamento de uso da logomarca, o qual será previamente compartilhado com os representantes do Comitê, ficando o esclarecimento registrado apenas a título de informação.

## ENCERRAMENTO

Foi informada a intenção de convocar a próxima reunião do CDPC para o período entre 4 e 8 de maio. Esclareceu-se que a urgência decorre, primeiramente, da necessidade de chancela das deliberações aprovadas na presente reunião e, adicionalmente, do interesse em possibilitar que o Ministro possa se inteirar dos temas em pauta e conhecer os integrantes do colegiado.

O Secretário Guilherme Campos colocou a palavra à disposição dos presentes e observações e não havendo manifestações, encerrou a reunião às dezessete horas e dezesseis minutos, agradecendo a presença dos convidados.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE MARIA DOS ANJOS, Diretor do Departamento de Comercialização**, em 05/05/2026, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **JANAINA MACEDO FREITAS, Coordenador(a) - Geral do Café**, em 05/05/2026, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **GUILHERME CAMPOS JUNIOR, Secretário de Política Agrícola**, em 05/05/2026, às 19:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Matos, Usuário Externo**, em 06/05/2026, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Silvana Schimanski, Usuário Externo**, em 06/05/2026, às 13:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mônica Avelar Antunes Netto, Usuário Externo**, em 06/05/2026, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Rosa Ferrão, Usuário Externo**, em 06/05/2026, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE HENRIQUE DA SILVA, Usuário Externo**, em 08/05/2026, às 08:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **SILAS BRASILEIRO, Usuário Externo**, em 08/05/2026, às 11:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aguinaldo José de Lima, Usuário Externo**, em 08/05/2026, às 22:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Roberto Knorr Velho, Usuário Externo**, em 14/05/2026, às 10:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

[https://sei.agro.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **52255146** e o código CRC **D49F0312**.

---